



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

EDITAL**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS**

O Diretor do Foro da Seção Judiciária do Pará, Juiz Federal DOMINGOS DANIEL MOUTINHO DA CONCEIÇÃO FILHO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 208, de 04 de outubro de 2012, torna público o Processo Seletivo de Estagiários para Estudantes dos Cursos de Administração e Biblioteconomia, conforme as disposições a seguir:

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O processo seletivo tem por finalidade o preenchimento de vagas de estágio para estudantes dos cursos de Administração e Biblioteconomia, que exercerão suas atividades nas diversas unidades judiciárias e/ou administrativas da sede da Seção Judiciária do Pará, bem como a formação de cadastro de reserva.

1.2 O estágio na Justiça Federal/PA exige carga horária diária de 04 (quatro) horas de atividades, e tem como contraprestação bolsa mensal de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), acrescida de auxílio transporte no valor de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) por dia de atividade no mês, sendo tais elementos reajustáveis de acordo com a disponibilidade orçamentária da Justiça Federal de Primeiro Grau do Pará.

1.3 O processo seletivo será regido por este edital, e seus eventuais aditamentos, erratas, instruções, comunicados e convocações dele decorrentes, obedecida a legislação atinente, sendo que a execução realizar-se-á sob a responsabilidade do Núcleo de Gestão de Pessoas desta seccional.

1.4 O ato de inscrição implica a plena concordância por parte do candidato com as normas deste edital, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

1.5 A participação no presente processo seletivo é aberta a todos os estudantes dos cursos de graduação em Administração e Biblioteconomia, interessados, sendo que a contratação do candidato aprovado e convocado para o preenchimento de vaga está condicionada ao efetivo cumprimento dos requisitos quanto ao período acadêmico mínimo e máximo, à regularidade documental e às condições de saúde física e mental do convocado.

2. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO

2.1 Os requisitos para a contratação dos estudantes de Administração e Biblioteconomia, aprovados neste processo seletivo, são os seguintes:

2.1.1 Somente poderá ser contratado o candidato regularmente matriculado em instituição de ensino superior que, na época da contratação preencher os seguintes requisitos:

CURSO	CONCLUÍDO NO MÍNIMO	ESTAR CURSANDO NO MÁXIMO
Administração	2º semestre	7º semestre
Biblioteconomia	2º semestre	7º semestre

2.2 Quando convocado, o candidato aprovado terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis para providenciar e apresentar a documentação necessária para o ingresso nas atividades de estágio, a saber:

- Encaminhamento da Instituição de Ensino, onde conste o semestre em que o candidato está matriculado;
- Histórico Escolar;
- RG e CPF válidos;
- Comprovante de residência;
- 01 (uma) foto 3x4;
- Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Atestado médico comprobatório de Aptidão física e mental;
- Comprovante de tipo sanguíneo (exame laboratorial ou documento oficial onde conste o tipo sanguíneo);

2.3 A aprovação no processo seletivo não gera direito à contratação, mas apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio.

2.4 As contratações para estágio dos estudantes aprovados dar-se-ão de acordo com o número de vagas, assim como de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Justiça Federal /PA.

2.5 Os candidatos aprovados serão convocados para contratação por ordem de classificação.

2.6 O candidato convocado para a contratação não tem direito à escolha de sua unidade de lotação, competindo exclusivamente à Seção Judiciária do Pará, determinar sua lotação.

2.7 O contrato de estágio será regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e regulamentado pela Resolução do Conselho da Justiça Federal n. 208/2012 e alterações, e pela Portaria PRESI 7013202, que autorizou a IN 13-01 ou por resolução do Conselho da Justiça Federal que venha a revogar o normativo citado.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.3 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional, extemporânea, candidato oriundo de instituição de ensino sem convênio com a Seção Judiciária do Pará ou feita por outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.4 O candidato poderá concorrer, apenas, a uma vaga.

3.4.1 No ato da inscrição os candidatos com deficiência deverão declarar a sua condição para fins de enquadramento na situação especial prevista no parágrafo 5º, do art. 17, da Lei nº 11.788/08.

3.5 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

3.6 As informações constantes na Inscrição são da exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a Seção Judiciária do Pará de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço de e-mail ou número de telefone inexato ou incompleto.

3.7 No ato do preenchimento da Inscrição não será exigida cópia de qualquer documento, a não ser nos casos específicos previstos neste edital, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a veracidade dos dados informados.

3.8 O candidato que, por alguma razão, necessitar de atendimento especial para a realização da prova, deverá enviar requerimento por escrito, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização da prova e as razões de sua solicitação, até o término do período das inscrições, através do e-mail prosel.pa@trfl.jus.br. O requerimento deverá ser acompanhado de laudo médico comprobatório da necessidade de atendimento especial. A concessão do atendimento especial fica condicionada às possibilidades técnicas da SJPA.

3.9 As inscrições serão gratuitas e realizar-se-ão no período de **03 a 11/10/2022**, prorrogável a critério da Administração e deverão ser realizadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico <https://portal.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

3.9.1 A relação dos inscritos será divulgada no mesmo endereço, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o término do período de inscrição, tendo o candidato prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da publicação da relação, para impugnar eventuais inconsistências na lista final dos inscritos.

3.9.2 O interessado deverá ler atentamente o presente Edital, disponível no endereço eletrônico <https://portal.trfl.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>, certificando-se junto à sua respectiva instituição de ensino superior se está conveniada com a Seção Judiciária do Pará.

4. DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Aos portadores de deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente processo seletivo.

4.2 Em obediência ao disposto no parágrafo 5º do artigo 17, da Lei 11.788/2008 será reservado aos candidatos aprovados portadores de deficiência, o percentual de 10% (dez) por cento das vagas oferecidas.

4.3 Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal n. 9.508/2018, particularmente em seu art. 4º, § 1º e 2º, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

4.4 O candidato portador de deficiência aprovado e convocado será submetido à avaliação por equipe multidisciplinar, previamente à contratação, a fim de se verificar o enquadramento de sua condição especial nas categorias legais, bem como se há compatibilidade ou não da deficiência com as atividades do estágio.

4.5 O candidato portador de deficiência, durante o preenchimento da inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 3 e seus subitens deste Edital, deverá proceder da seguinte forma:

4.5.1 informar se é portador de deficiência;

4.5.2 selecionar o tipo de deficiência;

4.5.3 especificar a deficiência;

4.5.4 manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência.

4.6 O candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência deverá encaminhar, até o término do período das inscrições, para o e-mail: prosel.pa@trfl.jus.br Laudo Médico, original ou cópia autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas), expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, o qual deverá atestar o tipo de deficiência, a descrição detalhada da deficiência, a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID – com a provável causa da deficiência, bem como deverá preencher a autodeclaração (anexo II do presente edital) e remetê-los, por e-mail (digitalizada em PDF).

4.6.1 O Laudo Médico deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa portadora de deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 3298/1999 e suas alterações.

4.6.2 Na falta do Laudo Médico, ou quando este for entregue fora dos prazos previstos, o candidato perderá o direito de concorrer às vagas destinadas, neste Edital, aos candidatos portadores de deficiência, mesmo que declarada tal condição na inscrição e não poderá posteriormente solicitar seu enquadramento como tal ou interpor recurso invocando sua situação especial. O candidato, neste caso, concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

4.7 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

4.7.1 O candidato portador de deficiência poderá requerer, no ato da inscrição, atendimento especial para a realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto artigo 4º, parágrafo 1º, do Decreto Federal nº. 9.508/2018 e suas alterações.

4.7.2 A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato portador de deficiência, assim considerada aquela que possibilita a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pelo Núcleo de Gestão de Pessoas da Seção Judiciária do Pará.

4.7.3 O candidato portador de deficiência deverá assinalar na inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.

4.7.5 O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá encaminhar requerimento por escrito, datado e assinado, acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência justificando a necessidade de tempo adicional, nos termos do § 2º do art. 4º, do Decreto Federal n. 9.508/2018, até o término do período das inscrições.

4.7.6 A não solicitação de condições especiais para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, implicará a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação a esse respeito no dia da prova ou posteriormente, seja qual for o motivo alegado.

4.7.7 O candidato portador de deficiência deverá ser submetido à avaliação de equipe multidisciplinar, designada pela Administração da SJPA

5. DOS CANDIDATOS NEGROS OU PARDOS

5.1 Ficam reservadas aos negros ou pardos 30% das vagas oferecidas, nos termos do artigo 3º da Resolução 203 de 23/06/2015 do CNJ.

5.2 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato de inscrição do concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O candidato deverá preencher a autodeclaração (Anexo III do presente edital) e remeter, por e-mail (digitalizada em PDF), no prazo de 2 (dois) dias após o término do período de inscrição.

5.3 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato de inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.4 Comprovando-se falsa a declaração, o candidato será eliminado do processo seletivo ou terá seu contrato de estágio rescindido, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.5 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado. Na hipótese de não haver candidatos negros ou pardos aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

6. DO PROCESSO SELETIVO E DA APLICAÇÃO DA PROVA

6.1 O processo de seleção para ingresso no estágio será realizado de forma remota e constituído de 1 (uma) etapa: prova objetiva/escrita.

6.2 Para todos os candidatos ao estágio, a prova objetiva/escrita consistirá na resposta a 10 (dez) questões, valendo 01(um) ponto cada questão, envolvendo temas previstos no conteúdo programático que acompanha este edital (Anexo I).

6.2.2 Aplicação de uma prova objetiva será de múltipla escolha, contendo 04 (quatro) opções de resposta, sendo obrigatória a indicação de alternativa, tendo apenas 01 (uma) opção correta;

6.2.3 A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório, considerando-se habilitados os candidatos que tenham obtido o total de pontos igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), que serão classificados em ordem decrescente, até o limite de 50 (cinquenta) candidatos. Em caso de empate dos candidatos na última posição, todos os que atingirem a mesma pontuação estarão classificados.

6.2.3 O tempo de duração da prova será de 15 (quinze) minutos. Em nenhuma hipótese haverá ampliação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

6.2.4 As questões serão disponibilizadas simultaneamente a todos os candidatos através dos links disponibilizados no site <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>, na data de **23/10/2022 (domingo), de 13:00:00 às 13:14:59 horas**.

6.2.4 É vedado ao candidato mais de 01 um) envio das respostas da prova *on line*. Serão consideradas as respostas afetas ao primeiro envio, descartando-se eventuais respostas enviadas em desacordo com este edital, mesmo dentro do tempo fixado.

6.2.5 É de responsabilidade exclusiva do candidato providenciar os meios tecnológicos para responder a prova, bem como gerar arquivo em PDF do teste após o envio das respostas.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 Os candidatos serão pontuados de acordo com o somatório de suas respostas corretas nas provas e classificados em ordem decrescente (da maior à menor pontuação entre os classificados).

7.2 Em caso de empate na nota total, aplicar-se-ão a seguintes sequências de critérios de desempate:

- candidato com idade igual ou superior a 60 anos, conforme art. 27, parágrafo único da Lei 10.741, de 1/10/2003;
- maior tempo como prestador de serviço voluntário na Justiça Federal/PA;
- candidato com idade mais elevada.

7.3 O resultado preliminar será divulgado, em ordem de classificação, no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>, até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de realização da prova. Os candidatos terão prazo de 2 (dois) dias úteis para impugnação/recurso, contados da publicação da data de divulgação do resultado preliminar.

7.3.1 O resultado final do concurso será homologado e divulgado no mesmo endereço eletrônico, também em ordem final de classificação.

7.4 Os candidatos portadores de deficiência e os candidatos autodeclarados negros ou pardos, se aprovados, além de figurarem na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, também terão seus nomes divulgados em listas específicas de classificação.

7.5 Os candidatos com deficiência e os autodeclarados negros ou pardos concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso, observada a pontuação mínima para aprovação. Quando chamados a ocuparem uma vaga destinada à ampla concorrência, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros e pardos.

7.6 A convocação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas disponibilizadas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros ou pardos.

8. DOS RECURSOS

8.1 Caberá interposição de recurso fundamentado ao presidente da comissão de elaboração das questões objetivas do Processo Seletivo de Estagiários 2022, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados do primeiro dia subsequente à data da divulgação do resultado preliminar. Além da obrigatoriedade de anexar o respectivo caderno de provas, deverá o candidato interessado observar que somente serão aceitos recursos nas seguintes situações:

- contra questão ou gabarito da prova objetiva;
- contra a totalização dos pontos obtidos na Prova, desde que se refira a erro de cálculo da nota;

8.2 Os recursos mencionados no item 8.1 deste edital deverão ser remetidos exclusivamente ao endereço de e-mail prosel.pa@trf1.jus.br, dentro do prazo previsto no edital, identificando o assunto como "RECURSO EM FACE DO RESULTADO PRELIMINAR".

8.3 Para cada questão, deverá ser apresentado um recurso específico, devidamente fundamentado e que não exceda 20 linhas.

8.4 Serão indeferidos, liminarmente, os recursos que:

- não estiverem devidamente fundamentados;
- forem encaminhadas via fax, telegrama e correios ou qualquer outro meio em desacordo com o presente edital;
- forem interpostos em desacordo com a forma e o prazo estabelecidos nos itens 8.1 e 8.2.

8.5 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 8.1 deste edital.

8.6 A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

8.7 Após a divulgação oficial de que trata o item 8.6 deste edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta dos candidatos no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm> até a finalização deste processo seletivo.

8.8 A decisão de que trata o item 8.6 deste edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

8.9 Nas questões cujo gabarito for cancelado, será atribuída a pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova *on line*.

8.10 Nas questões cujo gabarito for alterado, será acrescida e/ou diminuída a pontuação a todos os candidatos que realizaram a prova *on line*, conforme o caso.

9. DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS

9.1 A convocação para o preenchimento de vaga de estágio na Seção Judiciária do Pará dar-se-á através de e-mail, utilizando-se os dados cadastrais fornecidos pelo candidato no ato de preenchimento do formulário eletrônico que servirá como ficha de inscrição do processo seletivo.

9.2 O candidato que desistir da contratação, no momento de sua convocação, será desclassificado e perderá o direito de ser convocado para assumir qualquer vaga de estágio no atual certame.

9.5 Compete exclusivamente ao candidato aprovado a atualização ou retificação de seus dados cadastrais, devendo, para tanto entrar em contato com a Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (SEDER), através do e-mail: prosel.pa@trf1.jus.br, identificando assunto como "ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS".

9.6 Nenhum tipo de responsabilidade caberá à Seção Judiciária do Pará, em caso de não localização de candidato, após esgotadas as tentativas de contato por telefone ou endereço eletrônico, conforme fornecidos pelo candidato.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1 Este processo seletivo terá a validade de 12 (doze) meses a contar de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Direção do Foro da Seção Judiciária do Pará.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Toda informação e orientação referente à realização deste Processo Seletivo será fornecida pela Seção de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (SEDERP) através do e-mail: prosel.pa@trf1.jus.br.

11.2 Os atos relativos a este processo seletivo serão divulgados no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

11.3 É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as divulgações de todos os atos, editais, avisos, erratas, retificações ou comunicados referentes a este Processo Seletivo.

11.4 Em caso de eventuais ocorrências que dificultem ou impossibilitem a realização da prova no dia e horário estabelecidos, a Seção Judiciária do Pará reserva-se o direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão por meio da internet, devendo todos os candidatos, obrigatoriamente, observarem a nova data.

11.5 A qualquer tempo, proceder-se-á à anulação de inscrição, prova, convocação ou contratação, caso verificadas falsidades e/ou irregularidades na inscrição, na realização das provas ou na documentação apresentada.

11.6 Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito. Nesses casos, a alteração será mencionada em edital complementar, retificação, aviso ou errata a ser divulgado no endereço eletrônico.

11.7 Não serão fornecidas ao candidato quaisquer declarações ou certidões de aprovação e/ou classificação, valendo para esse fim a relação de aprovados divulgada no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

11.8 A Seção Judiciária do Pará não fornecerá nenhum exemplar ou cópia de provas, relativas a Processos Seletivos anteriores para candidatos, autoridades ou instituições de direitos público ou privado.

11.9 Os prazos estabelecidos neste edital contam-se em dias úteis, são preclusivos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer formulários, recursos, e/ou de documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.

11.10 Para contagem do prazo de interposição de recursos e entrega de documentos, excluir-se-á o dia da divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que coincida com dia de funcionamento normal e/ou remoto da Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará. Em caso contrário, o período previsto será prorrogado para o primeiro dia seguinte de funcionamento normal e/ou remoto.

11.11 A Seção Judiciária do Pará não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Processo Seletivo ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.

11.12 Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, seus anexos, e quaisquer editais complementares, atos, avisos e convocações relativos a este Processo Seletivo que vierem a ser divulgados no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/estagios.htm>.

11.13 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Pará.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Juiz Federal **DOMINGOS DANIEL MOUTINHO DA CONCEIÇÃO FILHO**

Diretor do Foro da Seção Judiciária do Pará



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho**, Diretor do Foro em exercício, em 30/09/2022, às 11:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16608606** e o código CRC **0DB298D9**.

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Teorias da Administração
2. Legislação Empresarial Aplicada .
3. Competências Gerenciais

2. CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

- 1.Documentação: conceitos básicos e finalidades da documentação geral e jurídica.
2. Biblioteconomia e ciência da informação: conceitos básicos e finalidades. 2.1 As cinco leis da Biblioteconomia. 2.2 Identificação e conhecimento das principais fontes jurídicas de informação.
- 3.Organização e administração de bibliotecas. 3.1 Princípios e funções administrativas em bibliotecas, estrutura organizacional, as grandes áreas funcionais da biblioteca, marketing da informação, divulgação e promoção. 3.2.Centros de documentação e serviços de informação: planejamento, redes e sistemas.
4. Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI).
- 5.Tesouro—Princípios e métodos.
6. Desenvolvimento de coleções: políticas de seleção e de aquisição, avaliação de coleções, fontes de informação.
7. Estrutura e características das publicações. - Diário Oficial da União (DOU), Diário da Justiça.
8. Serviço de referência.
9. Disseminação seletiva da informação (DSI)—estratégia de busca de informação, planejamento e etapas de elaboração, atendimento ao usuário.
10. Estudo de usuário— entrevista.
11. Formato de intercâmbio, formato USMARC, principais sistemas de informação automatizados nacionais e internacionais.
- 12.Catálogos online (OPACs).
- 13.Segurança da informação.
14. Bibliotecas digitais. -Conceitos e definições; requisitos para implementação; softwares para construção.
15. Linguagens de Indexação - Conceituação. Fundamentação teórica. Objeto e função da análise da informação, Instrumentos de representação da informação: cabeçalhos de assunto, tesouros, sistemas de classificação bibliográfica. Origem e evolução dos sistemas de classificação. Estudo comparativo dos

